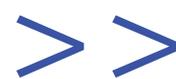


OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

WORKING PAPERS

#56

Índice de Perceção de
Fraude em Portugal (IPF)



Análise para o ano de 2016

Manuel Carlos Nogueira; Óscar Afonso;
José António Moreira; Jorge Alves; Orlando
Mascarenhas; Paulo Vasconcelos; Raquel
Ribeiro



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

>> FICHA TÉCNICA**ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE FRAUDE EM PORTUGAL
ANÁLISE PARA O ANO DE 2016**

WORKING PAPERS Nº 56 / 2017

OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Autores: Manuel Carlos Nogueira^{1,2}; Óscar Afonso^{1,2}; José António Moreira³; Jorge Alves¹; Orlando Mascarenhas¹; Paulo Vasconcelos¹; Raquel Ribeiro¹

Editor: Edições Húmus

1ª Edição: Mês de Novembro

ISBN: 978-989-755-307-3

Localização web: <http://www.gestaodefraude.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos a sua opinião sobre este trabalho.

Análise dos dados do inquérito desenvolvido pelo OBEGEF - Observatório de Economia e Gestão de Fraude.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

©: Permission to copy parts of this document, without modification, for individual use. The reproduction of parts of the text only is permitted in scientific papers, with bibliographic information of the source.

No commercial use is allowed. Not allowed put it in any network or in any form of electronic sharing.

In case of doubt or request authorization, contact directly the OBEGEF (obegef@fep.up.pt).

¹ Elemento da comissão técnica do IPF

² Relator

³ Coordenador da comissão técnica do IPF

>> AGRADECIMENTO

*O OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude - agradece a colaboração prestada pela **GfK Portugal** ao nível da recolha dos dados, sem a qual não poderia ser elaborado este estudo nas condições em que foi e com a profundidade que se pretendia.*

>> **ÍNDICE**

PREFÁCIO	6
INTRODUÇÃO	7
O INQUÉRITO	8
AMOSTRA	10
ANÁLISE DOS DADOS	15
INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS	15
PERCEÇÃO DE FRAUDE EM PORTUGAL EM 2016	16
Dimensão 1 – Evolução geral da fraude	17
Dimensão 2 – Evolução por tipos de fraude	18
Dimensão 3 – Destaque da comunicação social atribuída à fraude	18
Dimensão 4 – Tamanho atual da fraude	19
Dimensão 5 – Tipos de vítimas de fraude	19
Dimensão 6 – Eficácia do Sistema de justiça no combate à fraude	20
Dimensão 7 – Contacto com a fraude	20
CONCLUSÕES	22
ANEXO : ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA	23
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO MODELO NO SEU CONJUNTO	23
AVALIAÇÃO DO MODELO DE MEDIDA	25
Fiabilidade de cada indicador	25
Fiabilidade de cada variável latente	26
Validade discriminante	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

>> RESUMO

A fraude constitui um importante problema da atualidade. Para a definição de medidas de combate à fraude é essencial a existência de informação adequada que oriente as políticas públicas. O presente trabalho visa dar um contributo nesse sentido através da avaliação da perceção da fraude em Portugal. Para o efeito foi desenvolvido um inquérito aplicado junto de uma amostra representativa da população Portuguesa Continental. Os resultados revelam que os portugueses percecionam que a fraude tem uma dimensão grande no país e que aumentou em 2016 face a 2015.

Palavras-chave: perceção de fraude, Portugal

>> ABSTRACT

Fraud is a major problem nowadays. For the definition of measures to fight fraud, it is essential the existence of adequate information guiding public policies. The present work aims to make a contribution in that sense by analyzing the perception of fraud in Portugal. To attain this objective, a survey was carried out with a representative sample of the Portuguese Continental population. Results reveal that the Portuguese perceive fraud as having a large dimension in the country and that it has increased in 2016 compared to 2015.

Keywords: perception of fraud, Portugal

>> **PREFÁCIO**

Desde 2011, com dados para 2010, que o OBEGEF tem apresentado estimativas da Economia Não-Registada em Portugal. Todos os anos refletimos sobre o problema, tentamos novos modelos, ao mesmo tempo que garantimos a continuidade da série de forma a garantir a comparabilidade dos valores entre anos.

Porque há muitas atividades lícitas que a integram, logo não são o resultado da fraude económico-financeira, de comportamentos desviantes e há muitas fraudes associadas a operações que entram na contabilidade nacional o OBEGEF decidiu há três anos construir um índice da fraude.

Para o efeito constituiu um grupo de trabalhos constituído por José António Moreira (coordenador) e Jorge Alves, Manuel Carlos Nogueira, Orlando Mascarenhas, Óscar Afonso, Paulo Vasconcelos e Raquel Ribeiro. Este rapidamente concluiu haver impossibilidade, pela sua própria natureza oculta, mesmo para as vítimas, de uma quantificação direta, optando pela quantificação da perceção da fraude. Para tal foi preciso elaborar um inquérito, escolher uma amostra representativa da população portuguesa e contar com a prestigiosa colaboração da GFK Portugal para constituir a base de dados das respostas.

Trabalhámos com rigor e cuidados científicos, mas temos consciência que ainda estamos no início do percurso, que muito há a melhorar no questionário e na sua leitura. A prova inequívoca disso é que algumas tendências contrariam o esperado, o que é ótimo para sermos obrigados a repensar as problemáticas.

Por essas razões pensamos que foi oportuna a conferência de imprensa realizada e lançar a discussão sobre os métodos matemáticos utilizados, tomando como amostra os resultados do inquérito deste ano.

Os relatores do presente texto agradecem o trabalho do grupo criado para o efeito e estamos certos que no próximo ano estaremos mais próximos da realidade e com maior capacidade para analisarmos as respostas dadas.

>> INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco principal objectivo a avaliação da percepção da fraude em Portugal. Segundo a KPMG (2006: 6) “A fraude é um conceito legal amplo que se refere geralmente a um ato intencional cometido para garantir um ganho injusto ou ilícito. A transgressão (ou má conduta) é também um amplo conceito, geralmente relativo à violação de leis, regulamentos, políticas internas e expectativas de mercado quanto à ética empresarial”. Apesar da aparente clareza conceptual da fraude, a possibilidade de existir sem ser reconhecida como tal, não se poder recorrer plenamente à vitimização, para além de outros factores, torna impossível uma sua quantificação rigorosa.

Apesar deste desconhecimento, a quantificação dos valores da economia não registada (ENR) em Portugal (27% do PIB oficial em 2015), estimados anualmente pelo OBEGEF, indicia montantes muito elevados de fraude. É certo que a ENR engloba verbas que nada têm a ver com fraude e esta também se manifesta na economia registada, mas também é um facto que a fraude fiscal representa uma sua muito importante parcela. Há múltiplos tipos de fraude afectando uma grande diversidade de cidadãos e instituições.

Apesar da fraude ser um fenómeno de difícil mensuração e avaliação, como dissemos, é importante ser estimada por dois motivos. Em primeiro lugar, porque ao mensurar (nem que seja através da sua percepção) e avaliar o risco de fraude, é possível melhorar as ações de prevenção e combate. Em segundo lugar, mas não menos importante, tal mensuração serve para alertar pelo menos a opinião pública que, sem existir uma noção quantificável, tende a ignorar ou minorar os riscos e por consequência os prejuízos que todos suportam.

Importa desde logo sublinhar que o estudo que se segue, desenvolvido pelo Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), não tem como objetivo a quantificação da fraude em Portugal, mas sim uma avaliação da percepção da fraude em Portugal com vista à elaboração de um Índice de Percepção de Fraude. Para os devidos efeitos, o OBEGEF desenvolveu um inquérito por questionário e a GfK Portugal procedeu à recolha de dados junto de uma amostra representativa da população de Portugal Continental, de acordo com os últimos CENSUS realizados. De seguida descreve-se o inquérito e a amostra, bem como os resultados de uma primeira análise aos dados recolhidos.

>> O INQUÉRITO

O OBEGEF desenvolveu o inquérito em cinco partes. Na primeira, o inquirido encontra uma breve introdução sobre o conceito de fraude:

“A Fraude pode ser definida como: Ação e ou comportamento desonesto, passível de condenação legal, através do qual alguém (individuo ou organização) engana uma terceira parte com intuito de obter um benefício próprio, de que resulta um prejuízo, patrimonial ou não patrimonial, para essa parte”.

E alguns exemplos de tipos de fraude:

“Utilização indevida de bens; apropriação ou utilização indevida de informação; apropriação ou utilização indevida de dinheiro; corrupção e suborno; cartelização de mercado; lavagem de dinheiro; fiscal e fraude contra os consumidores”.

Na segunda e terceira, constam um conjunto de questões com o objetivo de avaliar a perceção da “Evolução” e da “Dimensão” da fraude em Portugal. Antes da quinta e última parte do inquérito, que visa a caracterização sociodemográfica dos respondentes, a quarta parte do inquérito visa avaliar o “Contacto com a fraude”. Nesta quarta parte, pretende-se aferir a existência ou não de situações em que os inquiridos tenham contactado diretamente com a fraude.

Desta forma, o inquérito desenvolvido pelo OBEGEF apresenta a seguinte estrutura base:

Tabela 1- Estrutura do Inquérito de Perceção de Fraude em Portugal

Estrutura do inquérito	Descrição
Parte 1 Introdução	Apresentação do conceito de fraude
Parte 2 Evolução da fraude em Portugal	Evolução geral da fraude (uma questão: P1) Evolução por tipos de fraude (8 questões: P2.1; P2.2; P2.3; P2.4; P2.5; P2.6; P2.7; P2.8) Destaque da comunicação social atribuída à fraude (uma questão: P3)

Estrutura do inquérito	Descrição
Parte 3 Dimensão da fraude em Portugal	Tamanho atual da fraude: P4.1; P4.2; P4.3; P4.4; P4.5; P4.6; P4.7; P4.8) Tipos de vítimas de fraude (8 questões: P5.1; P5.2; P5.3; P5.4; P5.5; P5.6; P5.7; P5.8) Eficácia do Sistema de justiça no combate à fraude (uma questão: P6)
Parte 4 Contacto com a fraude	Contacto com a fraude (5 questões: P7.1; P7.2; P7.3; P7.4; P7.5)
Parte 5 Informação sobre os inquiridos	Caracterização sociodemográfica (14 perguntas)

>> AMOSTRA

Participaram no estudo 1210 pessoas residentes no território nacional continental. Estas pessoas foram inquiridas de uma forma anónima, durante o segundo semestre de 2016 por entrevistadores da empresa de estudos de mercado GFK.

Tendo em consideração o objetivo do estudo e a análise prevista dos dados, e no sentido de garantir uma maior qualidade da informação tratada, decidiu-se eliminar todos os questionários que apresentavam uma taxa de não resposta (*missing values*) superior a 20% das questões colocadas.

Tabela 2 e Gráfico 1- Análise dos missing values

	Frequências absolutas (fa)	Frequências relativas (fr)	■ Missing values ≤ 20% ■ Missing values > 20%	
Missing values ≤ 20%	1007	83%		
Missing values > 20%	203	17%		
	1210	100%		

Tal como se pode verificar, através da análise da Tabela 2 e Gráfico 1, esta decisão implicou a eliminação de 203 inquéritos (17% do total de inquéritos) pelo que a amostra final será assim constituída por 1007 indivíduos (83% do total de inquéritos). Numa fase posterior, tal como a literatura sugere, substituiu-se os *missings values* dos 1007 inquéritos que cumpriam os critérios de seleção, pela média respetiva (ver Tabela 3).

Tabela 3- Substituição dos missing values pela média dos itens

	Variável	Número de Missing Values substituídos
1	P.1	22
2	P.2.1	97
3	P.2.2	47
4	P.2.3	42
5	P.2.4	54
6	P.2.5	105
7	P.2.6	37
8	P.2.7	28

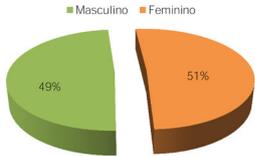
	Variável	Número de Missing Values substituídos
9	P.2.8	47
10	P.3	29
11	P.4.1	34
12	P.4.2	25
13	P.4.3	17
14	P.4.4	22
15	P.4.5	74
16	P.4.6	14
17	P.4.7	8
18	P.4.8	31
19	P.5.1	62
20	P.5.2	12
21	P.5.3	18
22	P.5.4	24
23	P.5.5	30
24	P.5.6	45
25	P.5.7	38
26	P.5.8	27
27	P.6	23
28	P.7.1	0
29	P.7.2	0
30	P.7.3	0
31	P.7.4	0
32	P.7.5	0

De seguida passamos a descrever as principais características sociodemográficas da amostra final.

Tal como se pode verificar através da análise da Tabela 4 e Gráfico 2 abaixo apresentados, dos 1007 respondentes, 49% (490 pessoas) são do sexo masculino e 51% (517 pessoas) do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 87 anos (Média = 46 anos).

Tabela 4 e Gráfico 2- Sexo

	fa	fr
Masculino	490	49%
Feminino	517	51%
	1007	100%



Verifica-se que 32% (322 pessoas) vivem na Grande Lisboa, 17% no Norte Litoral (176 pessoas), 15% dos inquiridos vivem no Centro Litoral (154 pessoas), 14% (137 pessoas) no Interior e 12% (118 pessoas) no Grande Porto (ver Tabela 5 e Gráfico 3). Abaixo dos 10% encontram-se 5% dos inquiridos (50 pessoas) a residirem no Alentejo e 5% (50 pessoas) das pessoas a residirem no Algarve.

Tabela 5 e Gráfico 3 - Região

	fa	fr	
Grande Lisboa	322	32%	Grande Lisboa 32%
Norte Litoral	176	17%	Norte Litoral 17%
Centro Litoral	154	15%	Centro Litoral 15%
Interior	137	14%	Interior 14%
Grande Porto	118	12%	Grande Porto 12%
Alentejo	50	5%	Alentejo 5%
Algarve	50	5%	Algarve 5%
	1007	100%	

No que diz respeito à dimensão do agregado familiar verifica-se que a maioria dos inquiridos faz parte de agregados familiares compostos por 2, 3 ou 4 pessoas, 32% (319 pessoas), 30% (300 pessoas) e 20% (204 pessoas) respetivamente. Por sua vez tanto nos agregados familiares compostos por apenas uma pessoa, como nos compostos por 5 ou mais pessoas, encontram-se 9% dos inquiridos em cada uma dessas situações (92 pessoas) (ver Tabela 6 e Gráfico 4).

Tabela 6 e Gráfico 4- Dimensão do agregado familiar

nº. pessoas	fa	fr	
1	92	9%	1 9%
2	319	32%	2 32%
3	300	30%	3 30%
4	204	20%	4 20%
5 ou mais	92	9%	5 ou mais 9%
	1007	100%	

A maioria (64%) das pessoas inquiridas são casadas ou vivem em união de facto (648 pessoas), 24% (238 pessoas) são solteiras e 7% (68 pessoas) são divorciadas. Por sua vez 5% (53 pessoas) dos inquiridos são viúvos.

Tabela 7 e Gráfico 5 - Estado Civil

	fa	fr
Casado/União de facto	648	64%
Solteiro	238	24%
Divorciado/separado	68	7%
Viúvo	53	5%
	1007	100%

Relativamente ao grau de instrução, 7% dos inquiridos (70 pessoas) têm o ensino universitário completo, 1% dos inquiridos (8 pessoas) possui um curso médio/politécnico, 29% (287 pessoas) possui o 12.º ano, 25% (254 pessoas) possui o 9º ano, 14% (138 pessoas) possui o 6º ano, 23% (231 pessoas) possui a primária completa e 2% (19 pessoas) possui a primária incompleta.

Tabela 8 e Gráfico 6 - Nível de escolaridade

	fa	fr
Universidade	70	7%
Curso médio / Politécnico	8	1%
12º ano	287	29%
9º ano	254	25%
6º ano	138	14%
Primária completa	231	23%
Primária incompleta	19	2%
	1007	100%

No que diz respeito à situação profissional, a maioria dos inquiridos trabalha, seja por conta de outrem (50%, 505 pessoas) ou por conta própria (10%, 101 pessoas). Encontram-se em situação de desemprego 10% dos inquiridos (105 pessoas). Ainda 19% (189 pessoas) são reformados/pensionistas, 6% (57 pessoas) são donas de casa e 5% (50 pessoas) são estudantes.

Tabela 9 e Gráfico 7 - Situação Profissional

	fa	fr
Conta de outrem	505	50%
Reformados/Pensionistas	189	19%
Desempregados	105	10%
Donas de casa	57	6%
Estudantes	50	5%
Conta própria	101	10%
	1007	100%

Em termos da dimensão da localidade de residência dos inquiridos, cerca de metade habita em localidades com menos de 10.000 habitantes, 38% (385 pessoas) em localidades com menos de 2.000 habitantes e 18% (179 pessoas) em localidades cuja população se situa entre os 2.000 e 9.999 habitantes. Cerca de um terço (30%, 307 pessoas) habita em localidades cuja população residente oscila entre 10.000 e 99.999 habitantes, 6% (57 pessoas) em localidades com mais de 100.000 habitantes e 6% (56 pessoas) e 2% (23 pessoas) habita nas cidades de Lisboa e Porto respetivamente.

Tabela 10 e Gráfico 8 - Dimensão da localidade de residência

	fa	fr		
Menos de 2.000	385	38%	Menos de 2.000	38%
De 2.000 a 9.999	179	18%	De 2.000 a 9.999	18%
De 10.000 a 99.999	307	30%	De 10.000 a 99.999	30%
Mais de 100.000	57	6%	Mais de 100.000	6%
Cidade de Lisboa	56	6%	Cidade de Lisboa	6%
Cidade do Porto	22	2%	Cidade do Porto	2%
	1007	100%		

A Tabela 11 e Gráfico 9 apresentam a distribuição das pessoas inquiridas em função do estatuto social. Na classe A inserem-se os inquiridos pertencentes à classe social alta, na classe B inserem-se os inquiridos pertencentes à classe social média / alta, na C os inquiridos da classe média, na D os inquiridos da classe média / baixa e finalmente na classe E inserem-se os que pertencem à classe baixa.

Tabela 11 e Gráfico 9 - Estatuto

	fa	fr		
Classe alta	23	2%	Classe alta	2%
Classe média-alta	140	14%	Classe média / alta	14%
Classe média	218	22%	Classe média	22%
Classe média-baixa	470	47%	Classe média / baixa	47%
Classe baixa	156	15%	Classe baixa	15%
	1007	100%		

Apenas 2% (23 pessoas) das pessoas inquiridas pertencem à classe social alta, 14% (140 pessoas) pertencem à classe social média / alta, 22% (218 pessoas) pertencem à classe social média, 47% (470 pessoas) pertencem à classe social média / baixa e 15% (156 pessoas) pertencem à classe social baixa.

>> ANÁLISE DOS DADOS

Instrumento de recolha de dados

Tratando-se de um estudo de carácter exploratório, e tendo em consideração o objetivo de avaliar a perceção da fraude em Portugal com o intuito de elaborar um Índice de Perceção de Fraude, optou-se por recorrer à análise fatorial exploratória e análise fatorial confirmatória para avaliar a adequação do instrumento construído. A primeira análise foi realizada com recurso ao *software* estatístico IBM SPSS (versão 21) e a segunda com o *software* estatístico IBM AMOS (versão 21).

As análises fatoriais exploratórias realizadas através do método das componentes principais revelaram adequação das escalas construídas para avaliar a Evolução por tipos de fraude, Tamanho atual da fraude, Tipo de vítimas de fraude e Contacto com a fraude (ver Tabela 12).

Tabela 12 – Análise Fatorial Exploratória - Indicadores

	KMO ¹	Número de componentes extraídas com valor próprio superior a 1	Variância total explicada (%)	Alfa de Cronbach ²
Evolução por tipos de fraude (P2.1 a P2.8)	0,913	1	52,532	0,870
Tamanho atual da fraude (P4.1 a P4.8)	0,940	1	66,741	0,929
Tipos de vítimas de fraude (P5.1 a P5.8)	0,913	1	58,906	0,894
Contacto com a fraude (P7.1 a P7.5)	0,803	1	58,306	0,820

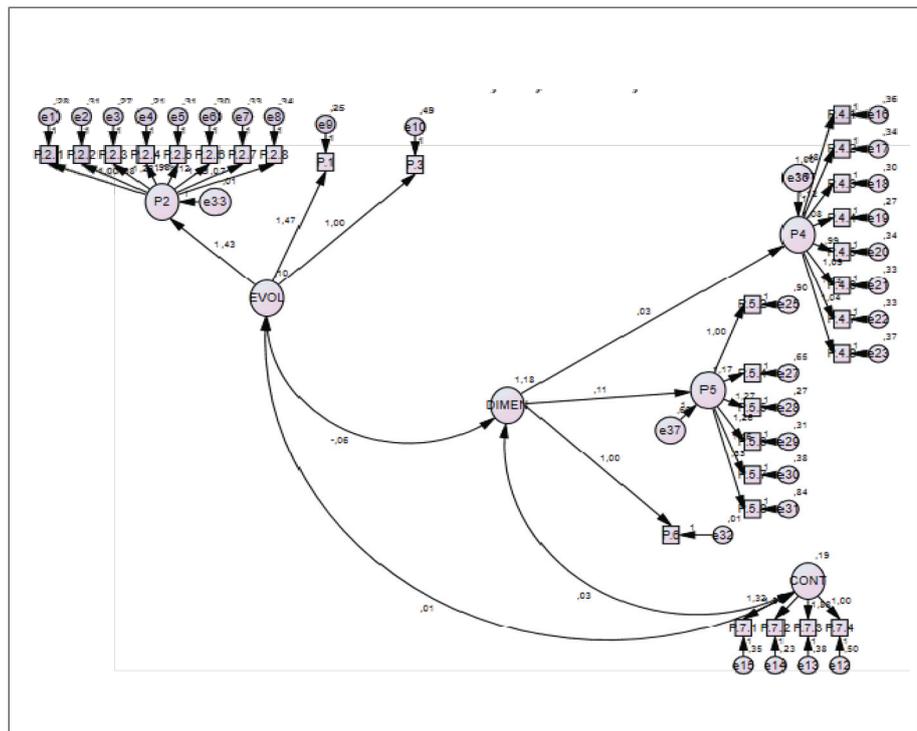
¹ O KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) permite avaliar a relação entre as correlações simples e as correlações parciais entre as variáveis. O seu valor varia entre 0 e 1, sendo que quanto maior for esse valor melhor será a análise fatorial.

² Um instrumento ou teste é classificado como tendo fiabilidade apropriada quando o α é igual ou superior a 0.70 (Maroco & Garcia-Marques, 2006).

De seguida, procedeu-se à avaliação do modelo proposto. A análise fatorial confirmatória realizada através do método da máxima verosimilhança levou à eliminação de 4 perguntas (ver Figura 1), três pertencentes à terceira parte do questionário (P5.1, P5.3 e P5.8) e uma pertencente à quarta parte (P7.5). O modelo final de medida sem as 4 questões apresenta estatísticas e

índices reveladores de um bom ajustamento: IFI=0.904; TLI= 0.896, CFI= 0.904; RMSEA=0.062 χ^2 /gl=4.828 (ver análise detalhada no Anexo 2).

Figura 1. Análise Fatorial Confirmatória



Considerando as fracas correlações verificadas entre as diferentes dimensões de avaliação da Perceção de Fraude, estas passaram a ser consideradas neste trabalho como independentes.

Perceção de Fraude em Portugal em 2016

Para uma primeira avaliação da perceção de fraude em Portugal optou-se pelo cálculo da média simples das 7 dimensões de fraude consideradas. A avaliação global da perceção de fraude em 2016 assumirá o valor 100 no Índice de Perceção de Fraude em Portugal.

No ano de 2016, a média simples das médias das sete dimensões consideradas assume o valor de 3,36 numa escala de 1 a 5 valores (ver Tabela 13).

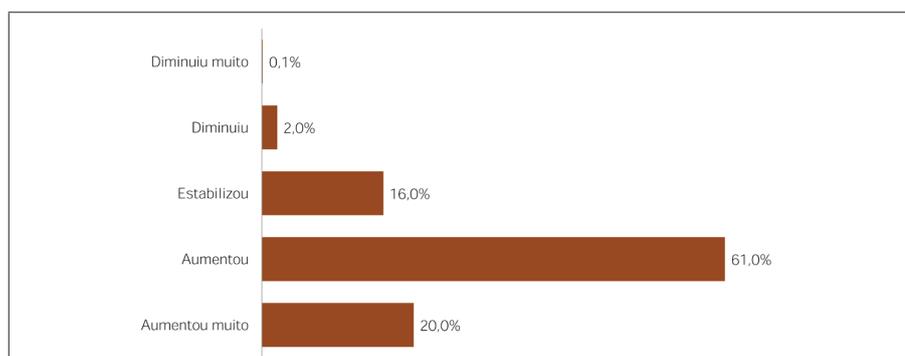
Tabela 13- Perceção da fraude por dimensão

	Média
D1 - Evolução geral da fraude (1= diminuiu muito; 5= aumentou muito)	4,00
D2 - Evolução por tipos de fraude (1= diminuiu muito; 5= aumentou muito)	3,87
D3 - Destaque da comunicação social atribuída à fraude (1=diminuiu muito; 5 = aumentou muito)	3,76
D4 - Tamanho atual da fraude (1=muito pequena; 5 =muito grande)	3,65
D5 - Tipos de vítimas de fraude (1= muito pouco; 5 = muito grande)	2,97
D6 - Eficácia do Sistema de justiça no combate à fraude (1 = muito grande; 5 =muito pequena)	3,50
D7 - Contacto com a fraude (1= nenhum; 5 = muito grande)	1,80
Média global	3,36

Conforme evidenciado na Tabela 13, as dimensões em que a perceção de fraude é mais elevada são a dimensão 1 - evolução geral da fraude, a dimensão 2 - evolução por tipos de fraude e dimensão 3 - destaque que a comunicação social atribui à fraude. Por seu lado, as dimensões que contribuem menos para a perceção de fraude são a dimensão 5 - tipos de vítimas de fraude, e a dimensão 7 - contacto com a fraude. Passa-se a descrever em maior detalhe os resultados relativos a cada dimensão.

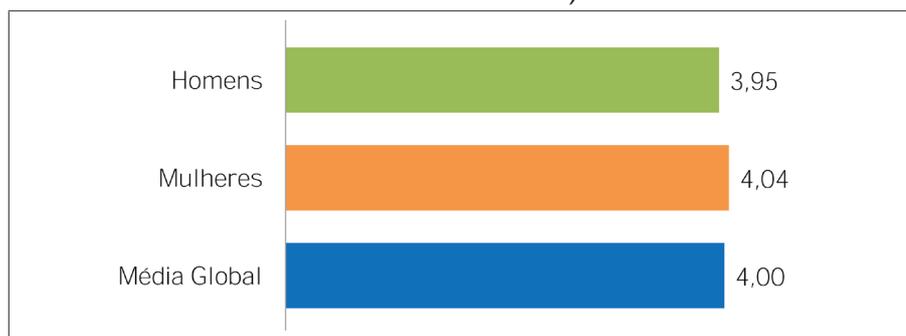
Dimensão 1 – Evolução geral da fraude

Em termos da evolução geral da fraude, pode-se referir que 61% dos inquiridos considera que a fraude, de uma forma geral, aumentou no último ano, 20% considera que aumentou muito e apenas 16% que estabilizou (ver Gráfico 10).

Gráfico 10 - Evolução geral da perceção de fraude


Como é visível no Gráfico 11, as mulheres percecionam a evolução da fraude de uma forma mais acentuada que os homens (4,04 contra 3,95).

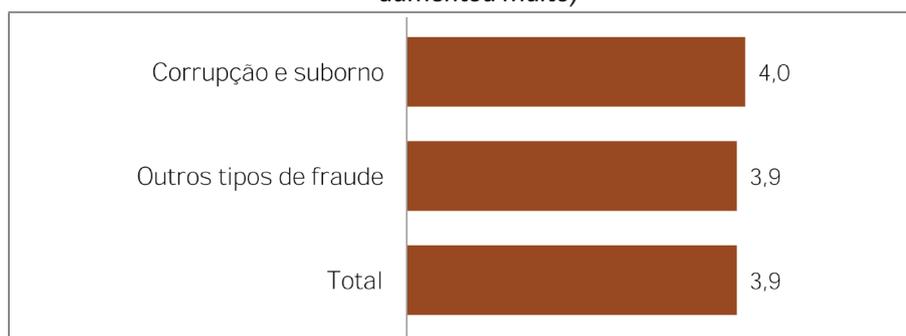
Gráfico 11 – Evolução geral da fraude por sexo (1=diminuiu muito; 5 = aumentou muito)



Dimensão 2 – Evolução por tipos de fraude

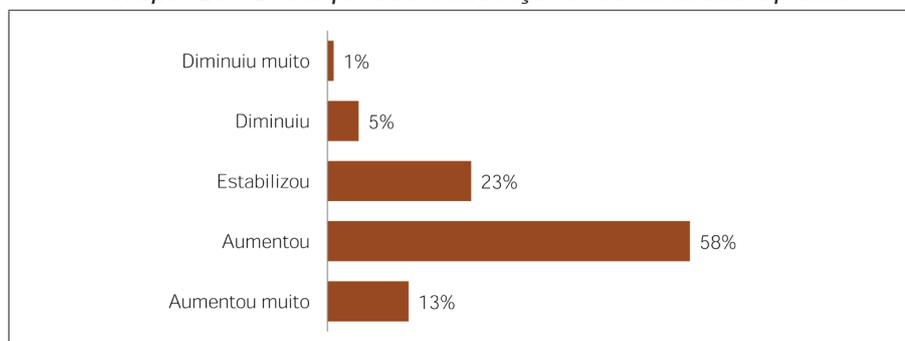
Considerando a evolução da fraude por tipos de fraude, os inquiridos percecionam que a corrupção e o suborno, entre os tipos de fraude apresentados, são os que mais aumentaram no último ano.

Gráfico 12 – Evolução da fraude por tipos de fraude (1=diminuiu muito; 5 = aumentou muito)



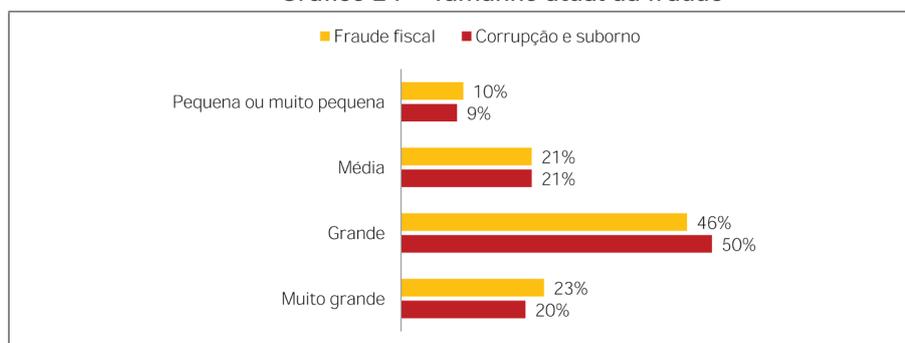
Dimensão 3 – Destaque da comunicação social atribuída à fraude

Em relação ao destaque atribuído pela comunicação social à fraude, pode-se referir que os inquiridos percecionam maioritariamente (71%) que a comunicação social tem aumentado ou aumentando muito o destaque que atribui à fraude (ver Gráfico 13).

Gráfico 13 – Destaque da comunicação social atribuída à fraude


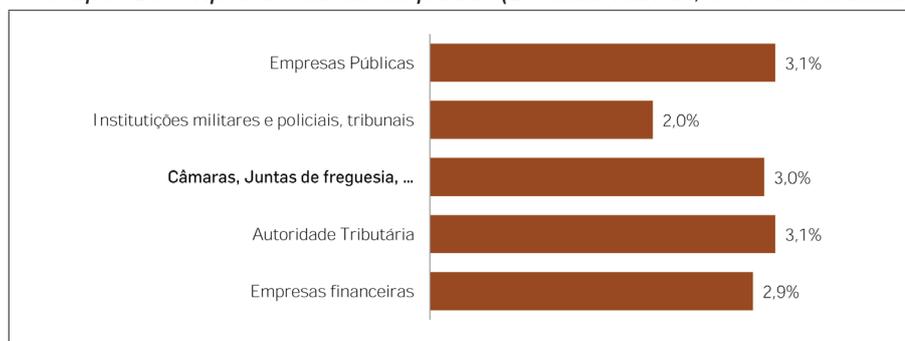
Dimensão 4 – Tamanho atual da fraude

Também no que refere ao tamanho atual da fraude, expresso no Gráfico 14, é na corrupção e no suborno que os inquiridos percecionam que ela é maior, 70% considera que é grande ou muito grande, logo seguida muito de perto pela fraude fiscal (69%).

Gráfico 14 – Tamanho atual da fraude


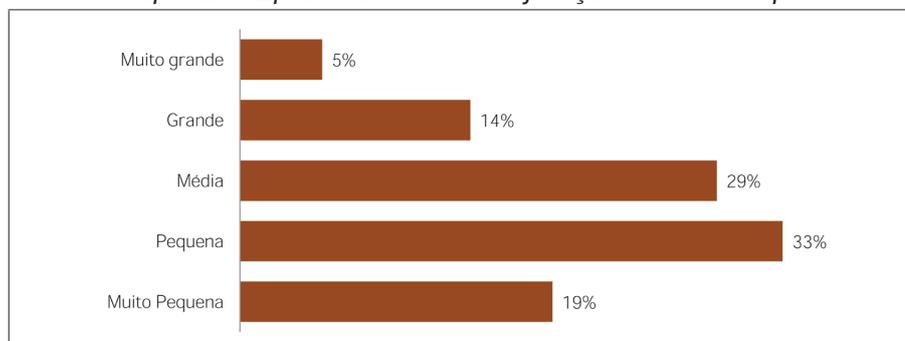
Dimensão 5 – Tipos de vítimas de fraude

Em relação aos tipos de vítimas de fraude (Gráfico 15), os inquiridos percecionam que as maiores vítimas são as Empresas Públicas e a Autoridade Tributária, logo seguidas pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Gráfico 15 – Tipos de vítimas de fraude (1= nada vítimas; 5 = muito vítimas)


Dimensão 6 – Eficácia do Sistema de justiça no combate à fraude

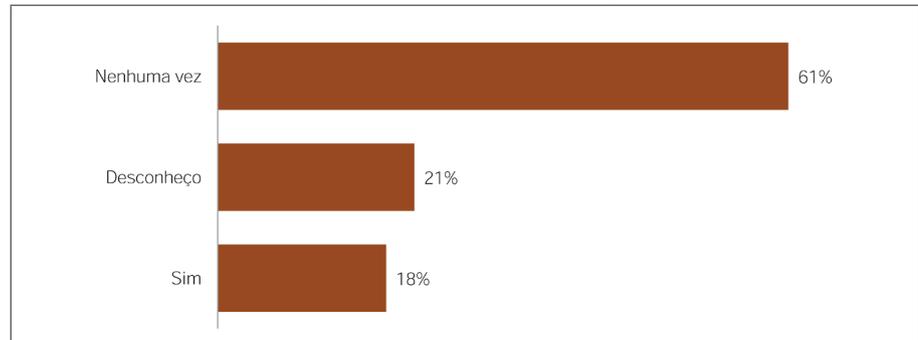
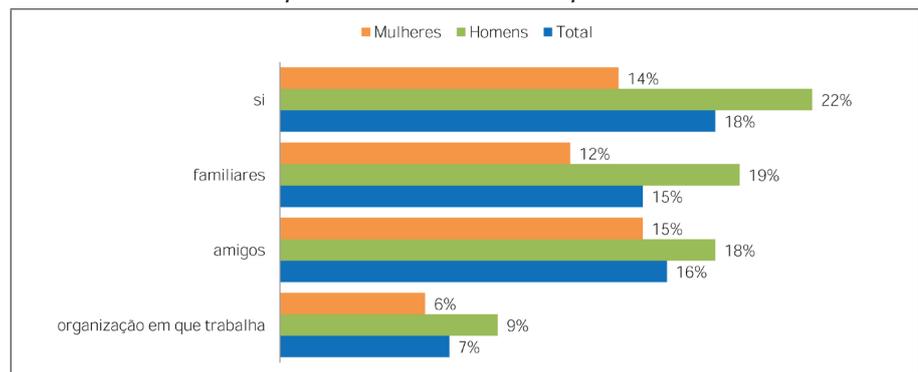
A maioria dos inquiridos (52%) percecionam que o Sistema de justiça não é eficaz no combate à fraude, com 33% a percecionar a sua eficácia como pequena e 19% como muito pequena (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Eficácia do Sistema de justiça no combate à fraude


Dimensão 7 – Contacto com a fraude

Como se verifica, através da leitura dos Gráficos 17 e 18, 18% dos inquiridos consideram que no último ano foram vítimas de algum tipo de procedimento fraudulento contra si próprios. Ainda, 15% referiram ter conhecimento da existência de procedimentos fraudulentos contra seus familiares, 16% contra amigos e 7% contra a organização onde trabalha.

Os homens reportaram maior número de situações de uso de procedimentos fraudulentos contra si próprios ou da rede social próxima que as mulheres.

Gráfico 17 – Contacto com a fraude**Gráfico 18 – Procedimentos fraudulentos**

>> CONCLUSÕES

Para este primeiro ano do estudo do IPF para Portugal, em que este assume o valor de 100, podem-se retirar apenas algumas conclusões em termos gerais e em termos de análise sociodemográfica. Assim, há a destacar o seguinte:

- Na dimensão “Evolução geral da fraude”, os portugueses percecionam que a mesma aumentou no último ano. Para 61% dos inquiridos, em termos gerais, a fraude aumentou e para 20% aumentou muito no último ano. As mulheres percecionam a evolução da fraude de uma forma mais acentuada do que os homens.
- No que refere à dimensão “Evolução por tipos de fraude”, a média dos oito tipos de fraude considerados indica que os portugueses consideram que a fraude aumentou (3,87; 5 = aumentou muito). A perceção do aumento da fraude é maior na corrupção e suborno relativamente aos outros tipos de fraude considerados.
- Na dimensão “Destaque que a comunicação social atribui à fraude”, em média, a perceção dos portugueses é que o destaque aumentou (3,76; 5 = aumentou muito), com 58% dos inquiridos a considerarem que aumentou e 13% que aumentou muito.
- Já na dimensão “Tamanho atual da fraude”, a perceção é de que a mesma é grande (3,65; 5 = muito grande), com destaque para a corrupção e suborno e a fraude fiscal com pontuações mais elevadas.
- No que refere aos “Tipos de vítimas de fraude”, a perceção apresenta valores médios (2,97; 5 = muito grande). De entre as instituições apresentadas, a Autoridade Tributária, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia são percecionadas como sendo as instituições mais vítimas de fraude.
- Na dimensão “Eficácia do sistema de justiça no combate à fraude”, em média, os portugueses percecionam que a mesma é pequena (3,50; 5 = muito pequena), com 33% a considerar pequena e 19% muito pequena.
- Por último, no “Contacto com a fraude”, verifica-se que a maioria dos portugueses refere não ter tido contacto direto ou através da rede social próxima (familiares, amigos, instituição onde trabalha) com a fraude. Contudo são ainda 18% os inquiridos que afirma ter sido vítima de algum tipo de procedimento fraudulento contra si próprio durante o último ano e 21% considera não poder afirmar que não.

>> ANEXO : ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA

Avaliação da qualidade do modelo no seu conjunto

Na avaliação da qualidade do modelo no seu conjunto, e “ao contrário do que acontece com outras técnicas de análise multivariada, não existem testes estatísticos únicos que sejam aceites, de forma consensual, como aqueles que melhor avaliam o ajustamento do modelo completo aos dados” (Lisboa et al., 2012: 428). Assim, seguidamente serão apresentados os resultados de algumas das medidas mais utilizadas para avaliar a precisão do ajustamento: Qui-Quadrado (χ^2); *Comparative Fit Index* (CFI), *Tucker-Lewis fit Index* (TLI), *Incremental Fit Index* (IFI) e *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA). Posteriormente estes valores serão confrontados com os níveis de aceitação recomendados pelos diferentes autores.

Tabela 14- Estatísticas e índices de qualidade de ajustamento

Estatística	Valores de referência		Autores
χ^2	-	Quanto menor melhor	(Marôco, 2010)
χ^2/gl	>5]2;5]]1;2] ~1	Ajustamento mau Ajustamento sofrível Ajustamento bom Ajustamento muito bom	(Marôco, 2010)
CFI TLI	<0,8 [0,8;0,90[[0,9;0,95[≥0,95	Ajustamento mau Ajustamento sofrível Ajustamento bom Ajustamento muito bom	(Marôco, 2010)
IFI	≥0,95	Ajustamento muito bom	(Lisboa et al., 2012)
RMSEA	>0,10]0,05-0,10] ≤0,05	Ajustamento inaceitável Ajustamento bom Ajustamento muito bom	(Marôco, 2010)

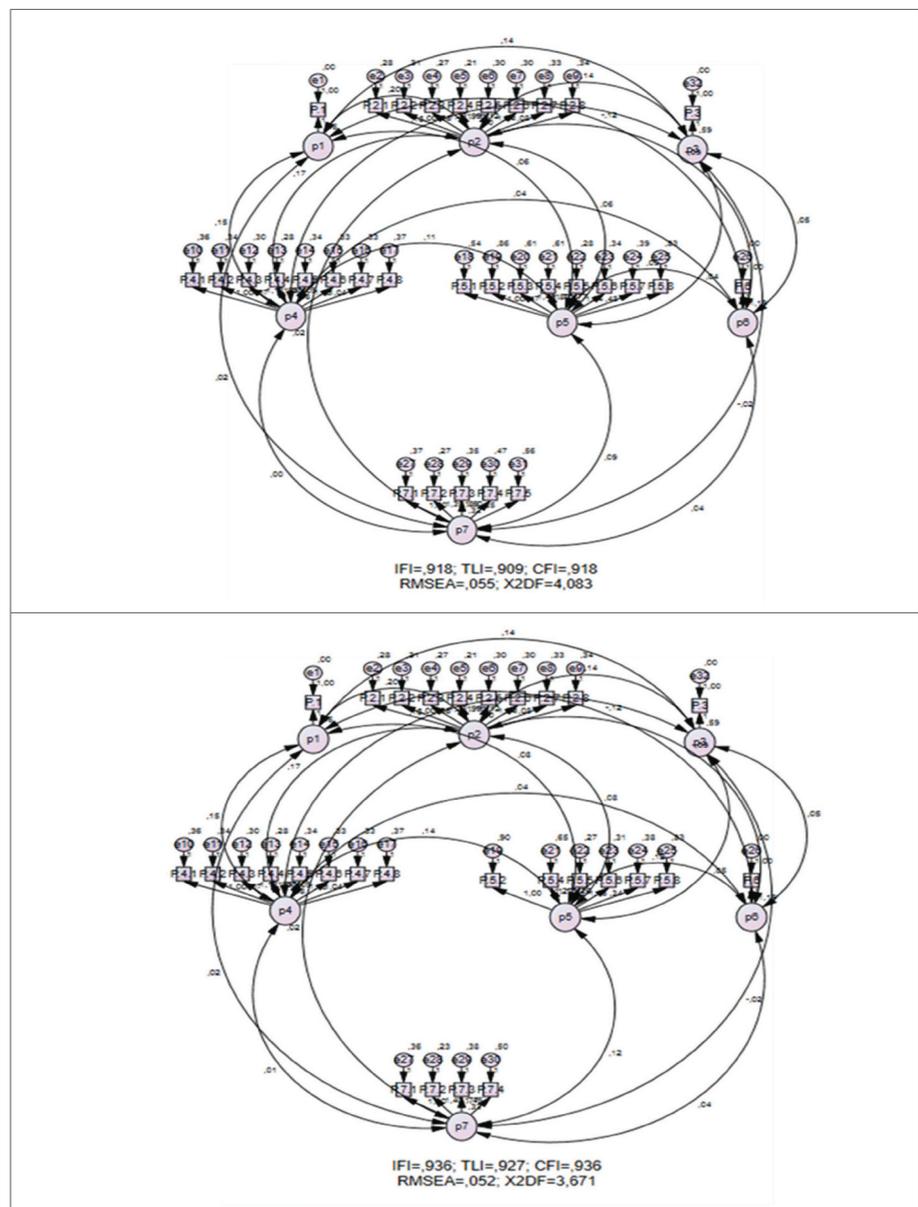
Tendo em conta o método da máxima verosimilhança e após as sugestões retiradas da análise dos índices de modificação (que levaram à eliminação de 3 perguntas: 5.1; 5.3 e 7.5) os valores obtidos para estes indicadores foram os seguintes:

Tabela 15 - FIT da CFA após análise dos índices de modificação

Indicador	Valor
IFI	0,936
TLI	0,927
CFI	0,936
RMSEA	0,052
χ^2/gl	3,671

Tal como verificado na análise à Tabela 15, no que diz respeito ao modelo de medida, pode-se dizer que este apresenta estatísticas e índices reveladores de um bom ajustamento: IFI=0,936; TLI= 0,927, CFI= 0,936; RMSEA=0,052 χ^2 /gl=3,671(ver Figuras 2 e 3).

.Figura 2 e 3 - Análise fatorial confirmatória (1ª ordem)



Avaliação do modelo de medida

Tal como o sugerido por Lisboa et al. (2012) com o propósito da avaliação da qualidade do modelo de medida, foram utilizadas as seguintes medidas de ajuste local: fiabilidade de medida das variáveis latentes e indicadores e análise da validade discriminante.

Fiabilidade de cada indicador

Para avaliar a fiabilidade de cada indicador utilizou-se o coeficiente de correlação múltiplo (R^2). Este indicador consiste na avaliação do grau de correlação ao quadrado entre as variáveis latentes e cada um dos seus indicadores.

Este indicador avalia a qualidade de medida de cada indicador afeto a cada uma das respetivas variáveis a que se encontra afeto. Segundo Marôco (2010: 53), “de uma forma geral, valores de R^2 inferiores a 0.25 (o fator explica 25% da variância da variável manifesta) indicam possíveis problemas de ajustamento local com esta variável”. Como se pode verificar na tabela abaixo a pergunta 5.8 apresenta um R^2 abaixo do que é recomendado pela literatura. Desta forma procedeu-se à eliminação da mesma.

Tabela 16 – Análise da fiabilidade de cada indicador

			srw	srw ²	C.R.
p2	→	P.2.1	0,646	0,42	21,956
p2	→	P.2.2	0,658	0,43	22,484
p2	→	P.2.3	0,727	0,53	25,687
p2	→	P.2.4	0,733	0,54	25,980
p2	→	P.2.5	0,630	0,40	21,260
p2	→	P.2.6	0,675	0,46	23,211
p2	→	P.2.7	0,696	0,48	24,159
p2	→	P.2.8	0,641	0,41	21,724
p4	→	P.4.1	0,756	0,57	27,629
p4	→	P.4.2	0,786	0,62	29,249
p4	→	P.4.3	0,818	0,67	31,047
p4	→	P.4.4	0,817	0,67	31,006
p4	→	P.4.5	0,759	0,58	27,816
p4	→	P.4.6	0,794	0,63	29,707
p4	→	P.4.7	0,805	0,65	30,284
p4	→	P.4.8	0,763	0,58	28,038

			srw	srw ²	C.R.
p5	→	P.5.2	0,653	0,43	22,616
p5	→	P.5.4	0,766	0,59	28,079
p5	→	P.5.5	0,896	0,80	35,815
p5	→	P.5.6	0,882	0,78	34,869
p5	→	P.5.7	0,839	0,70	32,179
p5	→	P.5.8	0,288	0,08	08,984
p7	→	P.7.1	0,692	0,48	23,443
p7	→	P.7.2	0,860	0,74	30,762
p7	→	P.7.3	0,804	0,65	28,075
p7	→	P.7.4	0,528	0,28	16,667

Após a eliminação da questão 5.3. o FIT final do modelo passou a ser o seguinte:

Tabela 17 - FIT da CFA após eliminação da questão 5.3.

Indicador	Valor
IFI	0,943
TLI	0,935
CFI	0,943
RMSEA	0,050
X ² /df	3,539

Fiabilidade de cada variável latente

Para avaliar a fiabilidade de cada variável latente normalmente recorre-se a dois indicadores: *Composite Reliability* (CR) e *Average Variance Extracted* (AVE).

O CR serve para medir a forma como cada uma das variáveis latentes estão as ser medidas pelos seus respetivos indicadores (Lisboa *et al.*, 2012). No caso deste indicador sugerem-se valores acima dos 0,7 (Hair, Anderson, Tatham, & Black, 1995).

O AVE mede a proporção da variância dos indicadores afetos à medição de cada uma das variáveis latentes explicadas por essa mesma variável latente. No caso deste indicador sugerem-se valores acima dos 0,5 (Hair *et al.*, 1995). Como se pode verificar na tabela abaixo representada todos os valores se encontram dentro dos parâmetros recomendados pela literatura.

*Tabela 18 - Desvio Padrão, Matriz de Correlações e Alpha de Cronbach-
CFA final*

	DP	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	CR	AVE
P1	0,45	-							-	-
P2	0,69	0,67	0,87						0,87	0,46
P3	0,82	0,27	0,41	-					-	-
P4	0,57	0,32	0,56	0,31	0,93				0,93	0,62
P5	0,68	0,14	0,20	0,07	0,24	0,90			0,88	0,56
P6	1,09	-0,16	-0,18	0,07	0,05	0,14	-		-	-
P7	0,77	0,06	0,06	-0,05	0,02	0,26	0,06	0,81	0,82	0,54

Nota: DP- Desvio Padrão; Diagonal a Negro- Alpha de Cronbach; CR- Fiabilidade compósita;
AVE- Variância média extraída

Importa ainda salientar que, tal como se pode verificar pela análise da Tabela 18 as perguntas que à partida mediam, segundo o OBEGEF, as 3 dimensões da Perceção da Fraude (evolução da fraude, dimensão da fraude e contacto com a fraude) encontram-se pouco correlacionadas pelo que serão todas consideradas, neste trabalho, como independentes. Desta forma segue-se o tratamento independente de P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7.

Validade discriminante

Segundo Lisboa *et al.* (2012: 436-437), a validade discriminante “avalia a extensão com que os indicadores afetos à medição de variáveis latentes diferentes se encontram correlacionados entre si e, conseqüentemente, a extensão com que as variáveis latentes independentes se encontram correlacionados entre si”. Para se afirmar que determinada variável latente cumpre o requisito da validade discriminante “deve existir uma correlação significativamente superior entre os indicadores afetos à medição do que entre estes e os que estão afetos à medida de uma outra variável latente” (Lisboa *et al.*, 2012: 437).

Como se pode verificar através da análise da Tabela 19 os valores apresentam-se dentro da normalidade.

Tabela 19- Análise da validade discriminante

1		2	Correlação	Correlação ²	AVE1	AVE2
p1	<-->	p2	0,666	0,444	-	0,458
p1	<-->	p3	0,270	0,073	-	
p1	<-->	p4	0,320	0,102	-	0,620

**ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE FRAUDE EM PORTUGAL
ANÁLISE PARA O ANO DE 2016**

Manuel Carlos Nogueira; Óscar Afonso; José António
Moreira; Jorge Alves; Orlando Mascarenhas; Paulo
Vasconcelos; Raquel Ribeiro

WORKING PAPERS
Nº 56 / 2017

OBEGEF – Observatório de Economia
e Gestão de Fraude
<http://www.gestaodefraude.eu>

1		2	Correlação	Correlação ²	AVE1	AVE2
p1	<-->	p5	0,141	0,020	-	0,563
p1	<-->	p6	-0,164	0,027	-	
p1	<-->	p7	0,055	0,003	-	0,536
p2	<-->	p3	0,408	0,166	0,458	
p2	<-->	p4	0,558	0,311	0,458	0,620
p2	<-->	p5	0,203	0,041	0,458	0,563
p2	<-->	p6	-0,178	0,032	0,458	
p2	<-->	p7	0,063	0,004	0,458	0,536
p3	<-->	p4	0,308	0,095	-	0,620
p3	<-->	p5	0,071	0,005	-	0,563
p3	<-->	p6	0,065	0,004	-	-
p3	<-->	p7	-0,045	0,002	-	0,536
p4	<-->	p5	0,244	0,060	0,620	0,563
p4	<-->	p6	0,051	0,003	0,620	-
p4	<-->	p7	0,020	0,000	0,620	0,536
p5	<-->	p6	0,139	0,019	0,563	-
p5	<-->	p7	0,256	0,066	0,563	0,536
p6	<-->	p7	0,064	0,004	-	0,536

Referências bibliográficas

- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (1995). *Multivariate Data Analysis with readings* (Fourth Edi). New Jersey: Prentice-Hall.
- KPMG. 2006. Fraud Risk Management. Developing a Strategy for Preventiuon, Detection, and Response: KPMG.
- Lisboa, J. V., Augusto, M. G., & Ferreira, P. L. (2012). *Estatística aplicada à Gestão*. Porto: Vida Económica.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software e aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas. *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65–90.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais*. (4. edição, Ed.) Lisboa: Edições Sílabo.